

WENDY GOLDMAN



MULHER, ESTADO E REVOLUÇÃO



Editora Verso

ROTTENBERG
EDITORIAL

Mulher, Estado e Revolução

Jullyana Luporini de Souza

O livro *Mulher, Estado e Revolução*, da americana e especialista em URSS Wendy Goldman, apresenta uma temática inovadora mas que ao mesmo tempo suscita um desafio que a esquerda dentro e fora da academia incessantemente precisa considerar: como conciliar a luta de classes com a luta da libertação da mulher? A análise marxista dá conta e é conciliável com a análise de gênero? E o mais importante: a igualdade entre os gêneros é praticada em espaços políticos que no discurso prezam pela emancipação total do ser humano? Questões como essas são para toda militante feminista motivo de debate, de dúvida e na maior parte do tempo também de aborrecimento. O machismo e o moralismo ainda fazem parte do cotidiano de espaços políticos, seja nas assembleias, reuniões de partido, nas ruas, sindicatos, centros acadêmicos. O processo de exclusão, silenciamento e exploração das mulheres não acontece apenas nos espaços opressores da ordem burguesa, mas também está presente entre nossos camaradas.

Não é à toa que Goldman destaca sua experiência como jovem militante no calor das discussões pós maio de 68 como um impulsor de seu interesse por assuntos como emancipação da mulher, amor, sexo e concepção de família. Para Goldman, além da divisão entre os sexos nos espaços da militância, debater a monogamia e outras maneiras possíveis de relacionamento era passível não só de polêmicas como também de um certo

oportunismo entre os homens que se aproveitam do pretense ambiente de liberdade para não assumir responsabilidade alguma perante suas parceiras. Assuntos polêmicos que envolviam relações de amor, companheirismo e de sexo não eram só debatidos por jovens radicais embriagados com o ambiente de liberdade sexual pós 68 mas eram, como mostra Goldman, debatidos e implantados na União Soviética já nos primeiros anos do período revolucionário. A autora, em um eficiente trabalho de análise de fontes que passa por atas do Comitê Central Executivo Revolucionário, de estudos e relatos dos Comissários do Partido, de relatos de processos judiciais a falas de companheiras do *Ztedkel*,¹ demonstra que um novo modo de lidar com relacionamentos e um novo modelo de família que não seja centrado na autoridade patriarcal eram intensamente debatidos pelos bolcheviques. Debate esse que sempre fez parte das preocupações dos teóricos marxistas – Marx, Kollontai, Bebel, Lenin, Engels foram alguns dos autores que, mesmo com limitações teóricas e muitas vezes morais, tentaram lançar luz sobre a opressão das mulheres e alguns deles se arriscaram a teorizar sobre novos modelos de relacionamentos afetivos.

Esse acúmulo marxista se mostrou essencial para a discussão entre juristas e comissários do Partido Soviético sobre o novo Código da Família que foi ratificado ainda durante o período revolucionário em 1918. Um novo paradigma sobre o papel da mulher na sociedade soviética é colocado com a liberação do aborto, a separação do conceito de casamento e família e a abolição do status legal inferior de mulheres, estabelecendo igualdade entre os sexos perante a lei. Nas palavras de Goldman, o Código de 1918 “estava notavelmente à frente do seu tempo. Uma legislação parecida em relação à igualdade de gêneros, divórcio, legitimidade e propriedade ainda está por ser promulgada nos Estados Unidos e em muitos países europeus” (p. 73).

Mas o código era tido pelos soviets apenas como uma necessidade prática durante o processo revolucionário, a lei tinha caráter transacional enquanto um novo modelo de sociedade comunista era construído, acompanhado pelo fim do Estado e da família burguesa. A total libertação da mulher e o fim da opressão da família só seriam possíveis com o surgimento de uma nova sociedade em que a opressão do homem sobre o homem não existisse.

Mesmo com a limitação orgânica da lei que se tornaria obsoleta com a vitória da revolução comunista, o Código da Família conseguiu trazer mudanças substanciais que em alguma medida beneficiaram as mulheres,

1. Ala feminina do partido.

como a realização de abortos seguros e discussões sobre a opressão do sexo feminino em uma sociedade patriarcal e moralista. Mas a nova legislação também trouxe problemas estruturais que logo se mostraram difíceis de serem resolvidos na prática: o grande número de crianças órfãs, frutos da guerra, fez o Comitê Executivo Central Soviet (VTsIK) voltar atrás sobre a tutela absoluta do Estado sobre as crianças abandonadas e sobre a concepção da criação das crianças de maneira socializada. A política econômica instituída pelo partido em 1921, conhecida como NEP, consolidou uma série de cortes em serviços direcionados às mulheres e às crianças, como creches, lavanderias e refeitórios comunitários, conquistados nos primeiros anos da Revolução com o intuito de inserir a mulher no mercado de trabalho. O divórcio facilitado acabou beneficiando mais os homens, que muitas vezes abandonavam suas mulheres e seus filhos deixando-os em situação de extrema miséria. Essas contradições se tornavam ainda mais gritantes no campo, onde a propriedade comunitária, o *dvor*, fazia com que os direitos individuais das mulheres – principalmente as divorciadas – entrassem em contradição com a lógica da unidade de produção familiar e do próprio Código de Terras, tornando impraticável a autonomia financeira de uma mulher solteira, divorciada ou viúva.

As condições materiais somadas com disputas políticas no interior do Partido Revolucionário acabaram minando pouco a pouco as experiências de emancipação e novas formas de afetividade – culminando na proibição do aborto em 1936 já durante o governo stalinista. Goldman enfatiza esse e outros retrocessos do avançado código da família, tendo como ápice a total inversão do direito familiar em 1944:

os editos desse ano repudiavam os traços remanescentes da legislação dos anos de 1920 ao retirar o reconhecimento do casamento de facto, proibir os julgamentos pela paternidade, reintroduzir a categoria da ilegitimidade e transferir o divórcio de volta aos tribunais (p. 392).

A primeira tentativa de libertação real da mulher foi deixada de lado ao mesmo tempo em que o Estado soviético se consolidava como potência mundial. As dificuldades impostas em um país consumido durante anos por guerras, epidemias e sofrendo constantes ameaças do lado ocidental fizeram com que as ideias libertárias fossem esquecidas. A autora, apesar de evitar personalismos e análises rasas, evidencia o retrocesso principalmente durante o período stalinista, onde toda a discussão progressista sobre afetividade, concepção de família e direitos foi trocada por uma política de Estado cada vez mais severa e punitiva.

Goldman traça uma linha entre a idealização, a práxis e a sua degeneração. As tentativas de aplicar uma legislação que beneficiasse a mulher nos aspectos materiais, afetivos e morais foram barradas por condições de baixo nível produtivo e por relações sociais de produção atrasadas, representadas principalmente pela condição do campesinato que se opôs fortemente à maioria das leis aplicadas, mas as decisões políticas tomadas no decorrer da consolidação do Estado Soviético não devem ser subestimadas.

Apesar do triste regresso, a experiência da emancipação da mulher na URSS se torna importante pelo fato de ter alavancado discussões nunca antes tiradas do campo das ideias e que fizeram com que muitas dessas mulheres e de gerações seguintes vislumbrassem novas possibilidades de atuação fora do espaço doméstico, como aliás foi possível com a política de pleno emprego que possibilitou a participação das mulheres na esfera produtiva. Mas, como é demonstrado em *Mulher, o Estado e a Revolução*, o fim da opressão à mulher só é possível com a mudança real do sistema produtivo que possibilite a autonomia econômica e reais condições de apoderamento.

Sem essas condições, dificilmente novos modelos de relacionamento baseados no amor livre e em outras formas de família poderão ter algum sucesso sem que, mais uma vez, a mulher assuma o ônus. O que acontecia há quase um século ainda persiste, já que discussões baseadas em ideias libertárias são usadas muitas vezes em favor dos homens e não favorecem a maioria das mulheres trabalhadoras e pobres, que sofrem constantemente com o abandono dos parceiros e se veem em condições materiais que impossibilitam vislumbrar uma forma de relacionamento que não seja o monogâmico.

O relato encontrado em *Mulher, Estado e Revolução* nos mostra como a emancipação da mulher está relacionada com o acirramento do processo revolucionário e que suas sucessivas perdas no campo dos direitos também se refletem na própria decadência de um projeto de uma sociedade comunista. Mais uma vez a história nos bate à porta para lembrar que a emancipação da classe trabalhadora só será possível com a emancipação da mulher e vice-versa, ou melhor: de forma interseccional.

GOLDMAN, Wendy Z. *Mulher, Estado e Revolução: política familiar e vida social das soviéticas, 1917- 1936*. São Paulo, Boitempo: Iskra Edições, 2014.